



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 38/2025

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2025.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: Ozai Salviano Diniz			CPF/CNPJ: 672.239.746-72		
Endereço: Rua Joaquim Teodoro de Carvalho, 146			Bairro: Platina		
Município: Ituiutaba	UF: MG	CEP: 38307-072			
Telefone: 034 9 9896-5009	E-mail: fernandoproambi@gmail.com				
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome: Villela Delecave Administração LTDA			CPF/CNPJ: 30.757.158/0001-71		
Endereço: Rua Fausto Prospero			Bairro: Carvalho		
Município: Ituiutaba	UF: MG	CEP: 38304-214			
Telefone: 034 9 9896-5009	E-mail: fernandoproambi@gmail.com				
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda Laguna			Área Total (ha): 782,7036		
Registro nº: 21.218, 21.219, 21.220, 21.222, 21.223 e 21.224			Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3134202-89A3.24E8.EB12.42AE.8FE0.2616.7729.8A75					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	35		Unidades		
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	35	Unidades	22K	634925	7920796
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área	Especificação				Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura				47,6792
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)			Área (ha)
CERRADO	Outros - corte de árvores isoladas				47,6792
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha de floresta nativa	21m³ baru, 1,8m³ de jatobá, 2,5m³ sucupira branca,	58,5	m³		
Madeira	2,6m³ de ipê roxo, 1,3m³ de amarelinho e 1,10m³ de guaritá	30,30	m³		
1. HISTÓRICO					
Data de formalização/aceite do processo: 06/08/2025					
Data da vistoria: 07/08/2025					
Data de solicitação de informações complementares:					
Data do recebimento de informações complementares:					
Data de emissão do parecer técnico: 08/08/2025					

Análise das informações prestadas pelo empreendedor através do uso das ferramentas remotas disponíveis (Google Earth, Sicar e vistoria in loco.

2. OBJETIVO

O empreendedor requer o corte de 35 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 47,6792ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da agricultura.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Fazenda Laguna, localiza-se na zona rural do município de Ituiutaba, sendo composta pelas matrículas 21.218, 21.219, 21.220, 21.222, 21.223 e 21.224 conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis de Ituiutaba, com área total de 782,7036ha, que corresponde a 26,09 módulos fiscais. O imóvel possui reserva legal averbada em cartório nas matrículas 21.218, 21.219, 21.220 e 21.224 e está localizado no Bioma Cerrado. As matrículas 21.222 e 21.223 ainda não possuem reserva legal averbada em cartório.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3134202-89A3.24E8.EB12.42AE.8FE0.2616.7729.8A75

- Área total: 782,3014ha

- Área de reserva legal: 156,2143ha

- Área de preservação permanente: 29,0715ha

- Área de uso antrópico consolidado: 596,0440ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 133,70ha (conforme mapa)

() A área está em recuperação: ha (conforme mapa)

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV.04 – 21.218 – RESERVA FLORESTAL – Ituiutaba, 10 de Fevereiro de 2020

AV.01 – 21.219 – RESERVA FLORESTAL – Ituiutaba, 10 de Fevereiro de 2020

AV.04 – 21.220 – RESERVA FLORESTAL – Ituiutaba, 10 de Fevereiro de 2020

AV.02 – 21.224 – RESERVA FLORESTAL – Ituiutaba, 10 de Fevereiro de 2020

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 4 GLEBAS.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria in loco.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Conforme requerimento apresentado, o empreendedor solicita a autorização para o corte de 35 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 47,6792ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da agricultura. As árvores estão localizadas em área comum já antropizada. A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Cerrado. O material lenhoso estimado é de 58,5m³ de lenha e 30,30m³ de madeira, sendo: 21m³ baru, 1,8m³ de jatobá, 2,5m³ sucupira branca, 2,6m³ de ipê roxo, 1,3m³ de amarelinho e 1,10m³ de guaritá que terão como finalidade o uso interno no imóvel e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura. Dentre as 35 árvores identificadas, existe 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo.

Taxa de Expediente: R\$ 951,33 - DAE 1401361302615 - Pago em 04/08/2025

Taxa florestal: LENHA R\$ 1.941,38 - DAE 2901361303067 - Pago em 04/08/2025

Taxa florestal: MADEIRA R\$ 1.005,54 - DAE 2901361303229- Pago em 04/08/2025

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não se aplica
- Unidade de conservação: Não se aplica
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica
- Outras restrições: Não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agricultura
- Atividades licenciadas: G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento: 2
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Las/ Cadastro
- Número do documento: 10878/2023

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 07/08/2025. Foi observado que a área da intervenção ambiental (corte de árvores isoladas) é uma área antropizada (pastagem).

A Reserva Legal encontra-se averbada nas matrículas 21.218, 21.219, 21.220 e 21.224 e está localizado no Bioma Cerrado. As matrículas 21.222 e 21.223 ainda não possuem reserva legal averbada em cartório.

As Áreas de Preservação Permanente são compostas pelo Córrego do Açude e por uma cabeceira sem denominação, encontram-se com 38,8607 ha de APP, sendo: 16,2031ha de app nativa, 12,8483ha de app em regeneração, 9,2762ha de vereda e 0,5331 ha de vereda em regeneração.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano a levemente ondulado
- Solo: Latossolo vermelho distrófico (argiloso)
- Hidrografia: Imóvel banhado pelo Córrego do Açude e por uma cabeceira sem denominação, que pertence a bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba que pertence a bacia federal do Rio Paraná.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado dentro do bioma Cerrado. A área de intervenção ambiental já é utilizada na agricultura. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 35 árvores isoladas nativas vivas em uma área 47,6792 árvores identificadas, existe 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo.
- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 35 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 47,6792 ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da agricultura. As árvores estão localizadas em área comum (lavoura). A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Cerrado. O material lenhoso estimado é de 58,5m³ de lenha e 30,30m³ de madeira, sendo: 21m³ baru, 1,8m³ de jatobá, 2,5m³ sucupira branca, 2,6m³ de ipê roxo, 1,3m³ de amarelinho e 1,10m³ de guaritá que terão como finalidade o uso interno no imóvel e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura. Dentre as 35 árvores identificadas, existe 01 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 05 mudas, parâmetro máximo possível.

Pelos motivos elencados acima, somos favoráveis ao requerimento da parte interessada.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 35 indivíduos arbóreos isolados em uma área de 47,6792 ha, localizada na FAZENDA LAGUNA, matrículas 21.218, 21.219, 21.220, 21.222, 21.223 e 21.224, sendo o material lenhoso estimado em 58,5m³ de lenha e 30,30m³ de madeira, sendo: 21m³ baru, 1,8m³ de jatobá, 2,5m³ sucupira branca, 2,6m³ de ipê roxo, 1,3m³ de amarelinho e 1,10m³ de guaritá que terão como finalidade o uso interno no imóvel e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Laguna, matrículas 21.218, 21.219, 21.220, 21.222, 21.223 e 21.224 do CRI de Ituiutaba – MG, em uma área de 0,005 ha, nas coordenadas UTM 22K 633957(X), 7919719(Y) E 633962(X), 7919709(Y).
2. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º e Decreto 47.749 de 2019.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica, pois não foram encontrados processos de intervenção autorizados no imóvel carentes de prestação de contas.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal - R\$ 2.946,92 - DAE 1500597021030

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Laguna, matrículas 21.218, 21.219, 21.220, 21.222, 21.223 e 21.224 do CRI de Ituiutaba – MG, em uma área de 0,005 ha, nas coordenadas UTM 22K 633957(X), 7919719(Y) E 633962(X), 7919709(Y).	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
2	Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º e Decreto 47.749 de 2019.	Anualmente por 5 anos.
3		
4		
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Mauro Moreira de Queiroz

CPF: 044.984.666-08

Nome: José Maria Castro Júnior

MASP: 102.0806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moreira de Queiroz, Gerente**, em 08/08/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119964541** e o código CRC **0C60E5C4**.